



Município de Francisco Alves/PR
Concurso Público 001/2026

CADERNO DE PROVA

AGENTE TRIBUTÁRIO

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA



3 horas



40 questões



4 alternativas



Saída permitida somente após 1 hora de prova



O candidato só poderá levar este Caderno após 2 horas de prova

- ⌚ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ⌚ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ⌚ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ⌚ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ⌚ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

A tensão entre o universal e o local na implementação dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948 como resposta às atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, constitui um marco na história dos direitos humanos. O documento estabeleceu um conjunto de direitos e liberdades a serem garantidos a todos os indivíduos, expressando o conceito de universalidade ao enunciar direitos comuns a todas as pessoas em razão de sua condição humana, sem nenhum tipo de discriminação, e ao afirmar que todos os seres humanos integram uma família única — a família humana — merecedora de respeito e dignidade em todos os lugares.

O debate sobre a tensão entre universalidade e relativismo cultural dos direitos humanos tem sido amplamente desenvolvido na literatura acadêmica contemporânea. O universalismo busca garantir que todas as pessoas, independentemente de qualquer condição, possuam direitos humanos; contudo, o caráter universalista sofre severas críticas por ser alegado que se trata de uma tentativa de homogeneizar as culturas. Paralelamente, a construção dos direitos humanos, segundo a proposta relativista, deve levar em consideração as particularidades, pois é preciso que o indivíduo se reconheça e se identifique com os valores defendidos, não sendo possível abstraí-lo de seu contexto cultural.

A literatura acadêmica consolidada tem aprofundado essa discussão a partir de diferentes perspectivas. Analisam-se os impasses entre a universalização dos direitos humanos e as particularidades culturais, propondo uma concepção contra-hegemônica e intercultural que supere os limites do universalismo de matriz ocidental. Também são exploradas as tensões entre igualdade e diferença no campo da Educação em Direitos Humanos, defendendo abordagens pedagógicas interculturais que reconheçam a diversidade sem abdicar de princípios fundamentais de dignidade humana. Tais contribuições evidenciam que o debate não se esgota na oposição binária entre universalismo e relativismo, mas aponta para a necessidade de abordagens dialógicas e contextualizadas.

Apesar da robustez teórica acumulada, ainda não foram identificados estudos que articulem de forma sistemática: (1) a operacionalização prática da Educação em Direitos Humanos como mediadora específica entre tensões universais e locais; (2) indicadores concretos para mensurar a efetividade de abordagens interculturais na implementação de direitos humanos; e (3) metodologias aplicadas que superem o nível teórico-conceitual. Esta lacuna evidencia a necessidade de pesquisas que avancem para proposições metodológicas e aplicações práticas concretas.

A problemática central reside na aparente contradição entre a necessidade de padrões universais de direitos humanos e o imperativo de respeitar as especificidades culturais locais. Como implementar direitos humanos de forma efetiva sem incorrer em imposições culturais? Como a Educação em Direitos Humanos pode atuar como mediadora desta tensão? Tais questionamentos, articulados à lacuna identificada, justificam a relevância e a urgência de investigações que avancem para além do debate conceitual.

Fonte: BOIAGO, C. E. P.; SALVIO, A. C. C. A tensão entre o universal e o local na implementação dos Direitos Humanos: desafios e afirmações.

Revista Direitos Humanos e Sociedade, [S./.] v. 9, n. 2, 2026 (com adaptações).

Questão 01. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 consagrou a universalidade como pilar ético global ao assentar que a dignidade decorre da própria condição humana. Ao analisar a recepção desse paradigma na literatura contemporânea, o texto indica que a objeção central dirigida ao universalismo irrestrito consiste no risco de:

- (A) Inviabilizar a criação de políticas públicas inclusivas ao focar no indivíduo em detrimento dos direitos coletivos.
- (B) Reduzir a proteção aos direitos humanos a critérios de apuração meramente quantitativos e estatísticos.
- (C) Desconsiderar as especificidades socioculturais em favor de uma tentativa de homogeneização cultural.
- (D) Deslegitimar a dignidade intrínseca do indivíduo ao subordiná-la a critérios econômicos globais.

Questão 02. Considerando as origens institucionais dos Direitos Humanos e as críticas contemporâneas aos limites do debate entre universalismo e relativismo apontadas no texto, analise as assertivas que seguem:

- I. A literatura propõe uma abordagem intercultural e dialógica como alternativa para transcender a oposição binária entre o universalismo rígido e o relativismo cultural, preservando os princípios da dignidade humana.
- II. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi criada como um acordo de cooperação econômica para solucionar as controvérsias patrimoniais entre as potências do período pós-guerra.
- III. O texto identifica a carência de metodologias aplicadas e de indicadores concretos no campo dos direitos humanos que sejam capazes de superar o patamar meramente teórico-conceitual.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 03. No debate sobre a implementação dos direitos humanos, a perspectiva relativista sustenta que a formulação e a aplicação dessas garantias devem levar em consideração as particularidades locais. Segundo o texto, essa exigência contextual do relativismo cultural justifica-se fundamentalmente porque:

- (A) A efetivação das garantias fundamentais pressupõe que o sujeito se reconheça nos valores promovidos.
- (B) A igualdade perante a lei exige a aplicação estrita e padronizada das convenções internacionais, sem considerar dinâmicas comunitárias regionais.
- (C) A validação dos direitos universais exige a prévia eliminação das tradições locais para garantir a neutralidade da norma internacional.
- (D) O indivíduo é um ente juridicamente autônomo cuja construção ética independe dos valores e símbolos compartilhados em seu meio social.

Questão 04. O encerramento do texto sintetiza o nó problematizador da pesquisa. Tendo como referência as reflexões finais dos autores, analise as assertivas que seguem, julgando-as V, se Verdadeiras, ou F, se Falsas:

- () A Educação em Direitos Humanos é apresentada no texto como o elemento gerador da tensão existente entre as exigências globais e as identidades locais.
- () As indagações formuladas no encerramento do texto possuem caráter autônomo, figurando como proposições desvinculadas da lacuna de pesquisa identificada pelos autores.
- () O texto caracteriza a contradição entre a exigência de padrões universais de direitos humanos e o respeito às especificidades locais como uma relação real, insuperável e absoluta.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.

Questão 05. No fragmento **propondo uma concepção contra-hegemônica e intercultural**, a palavra sublinhada é grafada com hífen porque o prefixo **contra** antecede um elemento iniciado pela letra **h**. Considerando as regras ortográficas vigentes para o uso do hífen com o prefixo **contra**, assinale a alternativa em que a palavra foi grafada de forma CORRETA.

- (A) O sistema de segurança exigiu que o usuário digitasse uma contra-senha antes de liberar o acesso.
- (B) A contra-capa do livro trazia uma síntese da trajetória do autor e os elogios da crítica especializada.
- (C) A pesquisa identificou uma contra-indicação prática no uso de metodologias tradicionais.
- (D) As forças de defesa repeliram a invasão e organizaram um contra-ataque coordenado.

Questão 06. Considere o seguinte excerto retirado do texto: **Apesar da robustez teórica acumulada, ainda não foram identificados estudos que articulem de forma sistemática...** Do ponto de vista da semântica, o emprego do advérbio **ainda** introduz no enunciado um pressuposto de sentido, indicando implicitamente que:

- (A) A produção teórica existente é autossuficiente, tornando o desenvolvimento de metodologias aplicadas um objetivo secundário e dispensável.
- (B) Existe uma expectativa de que tais investigações práticas venham a ser produzidas, visto que a lacuna é tratada como uma pendência a ser superada.
- (C) A ausência de estudos empíricos é um fato permanente, decorrente da incompatibilidade lógica entre a teoria dos Direitos Humanos e a prática pedagógica.
- (D) O conhecimento acadêmico na área alcançou um ponto de estagnação definitiva, o que inviabiliza o surgimento de abordagens empíricas.

Questão 07. Com relação à estrutura sintática e à morfossintaxe da oração **O documento estabeleceu um conjunto de direitos**, analise as partes que seguem:

(1ª parte): O vocábulo **O** classifica-se morfologicamente como artigo definido e atua sintaticamente como adjunto adnominal do núcleo do sujeito **documento**.

(2ª parte): A expressão **de direitos** exerce a função sintática de objeto indireto da oração, visto que é introduzida pela preposição **de**.

(3ª parte): A oração encontra-se estruturada na voz ativa, visto que o sujeito **O documento** executa a ação expressa pelo verbo **estabeleceu**.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está correta.
- (B) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 1ª e a 3ª partes estão corretas.
- (D) Apenas a 3ª parte está correta.

Questão 08. Considere o seguinte segmento do texto: **todos os seres humanos integram uma família única — a família humana — merecedora de respeito e dignidade em todos os lugares**. A opção estilística dos autores pelo emprego de travessões para delimitar o segmento **a família humana**, em substituição ao uso de parênteses, produz o efeito de sentido de:

- (A) Conferir destaque enfático e relevância persuasiva ao conceito, projetando a ideia de pertencimento universal.
- (B) Delimitar a introdução de uma citação direta transcrita do texto original da Declaração Universal de 1948.
- (C) Relegar o fragmento a uma condição secundária, sinalizando um detalhe dispensável à tese central.
- (D) Marcar uma alteração de interlocução no texto, simulando a espontaneidade típica da linguagem oral.

Questão 09. Considere as duas estruturas a seguir, formuladas a partir do texto:

Estrutura I: A tensão entre o universal e o local na implementação dos Direitos Humanos (título).

Estrutura II: a operacionalização prática da Educação em Direitos Humanos como mediadora específica entre tensões universais e locais (quarto parágrafo).

Sob o ponto de vista da morfologia e da classificação das palavras sublinhadas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Na Estrutura I, os vocábulos classificam-se como advérbios de lugar e modo; na Estrutura II, convertem-se em substantivos abstratos flexionados no plural.
- (B) Na Estrutura I, os termos funcionam como adjuntos adverbiais da preposição **entre**; na Estrutura II, atuam como complementos nominais de **tensões**.
- (C) Nas duas estruturas, as palavras sublinhadas pertencem à classe dos adjetivos, pois qualificam substantivos expressos ou subentendidos.
- (D) Na Estrutura I, os vocábulos sublinhados atuam como substantivos; na Estrutura II, mantêm sua classe de origem, atuando como adjetivos que caracterizam o substantivo **tensões**.

Questão 10. A respeito de aspectos gramaticais e fonológicos de vocábulos empregados no texto, analise as assertivas a seguir:

- I. O vocábulo **intercultural** é formado pelo processo de derivação por aglutinação, uma vez que houve a união do prefixo **inter** com a palavra **cultural**.
- II. A diferença entre o número de letras (11) e o de fonemas (9) na palavra **expressando** é explicada pela ocorrência de dois dígrafos em sua constituição: um consonantal (**ss**) e um vocálico (**an**).
- III. As palavras **acadêmicas**, **teórica**, **pedagógicas** e **críticas** são, todas, proparoxítonas.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.

MATEMÁTICA

Questão 11. Um projeto de reforma predial prevê a readequação de uma área retangular de circulação cujo comprimento mede exatamente doze metros a mais do que a sua respectiva largura. O projeto executivo aprovado estipula que a cerca de proteção instalada em todo o contorno perímetrico dessa ala deve totalizar noventa e seis metros lineares de extensão. Para a aquisição do piso apropriado, a equipe técnica necessita calcular a área dessa superfície. Diante disso, qual é a medida total da área desse espaço, em metros quadrados?

- (A) 480 m².
- (B) 540 m².
- (C) 576 m².
- (D) 500 m².

Questão 12. Em uma praça pública adjacente a um edifício governamental, foi delimitado um canteiro no formato de triângulo retângulo cujos catetos medem exatamente dezoito metros e vinte e quatro metros. A equipe encarregada dos serviços de jardinagem necessita instalar um gradil metálico de proteção em todo o perímetro desse canteiro e plantar grama em toda a sua extensão interna. Diante disso, quais são, CORRETA e respectivamente, os valores numéricos exatos calculados para o perímetro e para a área total desse canteiro?

- (A) 60 m; 216 m².
- (B) 84 m; 240 m².
- (C) 72 m; 216 m².
- (D) 72 m; 432 m².

Questão 13. O piso de uma sala de recepção de um edifício institucional tem a forma geométrica de um trapézio isósceles. As bases paralelas desse recinto medem vinte metros e oito metros, enquanto cada um dos lados não paralelos mede exatamente dez metros. Para realizar a troca do revestimento cerâmico, a comissão de obras precisa apurar previamente a extensão total da superfície do local. Com isso, qual é a área exata calculada para o piso dessa sala de recepção, em metros quadrados, para a compra do material?

- (A) 112 m².
- (B) 128 m².
- (C) 96 m².
- (D) 140 m².

Questão 14. Um contrato administrativo para fornecimento de insumos e equipamentos de escritório no valor global de R\$ 160.000,00 foi renegociado para liquidação financeira integral à vista com aplicação de um desconto de 7,5%. O setor contábil precisa emitir a ordem bancária com o saldo líquido efetivamente devido ao fornecedor contratado após o abatimento concedido. Considerando isso, qual foi o valor financeiro líquido final desembolsado pela Administração Pública para quitar esse compromisso orçamentário?

- (A) R\$ 152.000,00.
- (B) R\$ 148.000,00.
- (C) R\$ 144.000,00.
- (D) R\$ 146.500,00.

Questão 15. Durante os cinco dias úteis de uma semana de atendimento, uma equipe registrou a seguinte quantidade de protocolos analisados por dia: quarenta e cinco na segunda-feira, cinquenta e dois na terça-feira, quarenta e oito na quarta-feira, sessenta e três na quinta-feira e cinquenta e sete na sexta-feira. O relatório semanal de produtividade exige a inclusão do desempenho médio diário do grupo. Com isso, qual é a média aritmética simples exata de processos analisados diariamente por essa equipe de trabalho?

- (A) 51.
- (B) 55.
- (C) 52.
- (D) 53.

Questão 16. Uma reserva financeira de R\$ 40.000,00 vinculada a um fundo institucional foi aplicada sob o regime de juros compostos à taxa de 10% ao ano, pelo período ininterrupto de dois anos consecutivos, com capitalização anual. O setor de auditoria necessita consolidar o balanço contábil apurando o volume de rendimentos auferidos exclusivamente pelos juros acumulados nessa operação. Diante disso, qual é o valor numérico exato correspondente apenas aos juros gerados por esse investimento no período?

- (A) R\$ 9.200,00.
- (B) R\$ 48.400,00.
- (C) R\$ 8.000,00.
- (D) R\$ 8.400,00.

Questão 17. No planejamento anual de suprimentos, o preço unitário de determinado lote de materiais sofreu um reajuste positivo de 25% no início do ano devido à variação do mercado. No trimestre seguinte, após negociação direta com os distribuidores em compra por ata, obteve-se um desconto de 20% sobre o novo valor reajustado. Em relação ao preço original do lote anterior a qualquer alteração de valores, qual foi a variação percentual acumulada verificada no preço final desse item patrimonial?

- (A) Aumento de 2,5%.
- (B) 0%.
- (C) Redução de 5%.
- (D) Aumento de 5%.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

ATUALIDADES

Questão 18. A simbologia do Brasão de Armas de Francisco Alves é regida pelas regras heráldicas tradicionais municipais. Considerando isso, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () O brasão municipal adota o formato samnítico (francês moderno), encimado por uma coroa mural com cinco torres visíveis, representando cidades que não são capitais.
- () O esmalte goles (vermelho) no brasão simboliza as matas colossais e os verdes cafezais descritos no hino municipal.
- () A estrela de cinco pontas e a coroa de doze estrelas homenageiam, respectivamente, o colonizador e a padroeira Nossa Senhora Aparecida.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V - V - F.
- (B) F - V - F.
- (C) V - F - V.
- (D) F - F - V.

Questão 19. Antes de adotar as medidas embasadas na Seção 301 da Lei de Comércio, o presidente Donald Trump tentou utilizar outras ferramentas legais para impor tarifas ao mercado de diversos países neste ano, incluindo o Brasil. Acerca das disputas jurídicas ocorridas no governo dos EUA sobre esse tema, analise as assertivas abaixo:

- I. O presidente americano tentou impor taxas de até 50% ao Brasil usando a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA).
- II. A Suprema Corte dos Estados Unidos barrou a medida de Trump, decidindo que a lei invocada não autorizava a criação dessas tarifas pelo Executivo.
- III. Em resposta ao revés sofrido, as autoridades americanas argumentaram perante o Itamaraty que as decisões do STF brasileiro feriam as regras de segurança nacional da Seção 232.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) I, II e III.

Questão 20. Analise as partes que seguem sobre as datas históricas oficiais do município de Francisco Alves:

(1ª parte): A emancipação política do município ocorreu pela Lei Estadual nº 6.314, datada de 24 de agosto de 1972, sancionada por Pedro Parigot de Souza.

(2ª parte): O Listel Vermelho posicionado na parte inferior do Brasão de Armas municipal grava a data de 31 de janeiro de 1977 como o marco de sua instalação.

(3ª parte): O histórico oficial do município aponta que a instalação de sua primeira gestão deu-se no dia 1º de fevereiro de 1977.

Acerca disso, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª e a 2ª partes estão corretas.
- (B) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão corretas.
- (C) Apenas a 1ª e a 3ª partes estão corretas.
- (D) Todas as partes estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. Considere que um Município elaborou um projeto de lei instituindo um benefício tributário destinado a pessoas jurídicas. A proposta estabelece prazo de vigência de cinco anos, fixa metas de desempenho objetivas, prevê mecanismos de monitoramento e avaliação e demonstra o impacto regional. Entretanto, não apresenta estimativa do quantitativo de beneficiários. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é CORRETO afirmar que a proposição:

- (A) Atende às exigências legais, pois a identificação dos beneficiários poderá ocorrer durante a execução do programa.
- (B) Não atende às exigências legais apenas se o benefício for prorrogado, e não quando for instituído.
- (C) Atende às exigências legais, desde que a estimativa da renúncia de receita seja suficiente para demonstrar a viabilidade do benefício.
- (D) Não atende às exigências legais, pois deve estar acompanhada da estimativa do quantitativo de beneficiários.

Questão 22. Uma Prefeitura Municipal adquiriu 50 computadores, pelo valor total de R\$ 250.000,00, para equipar laboratórios de escolas públicas. Após a entrega dos equipamentos pela empresa contratada, o fiscal do contrato atestou o recebimento e iniciou a conferência da documentação e a verificação do direito do fornecedor ao pagamento. Entretanto, a liquidação da despesa ainda não havia sido formalizada. Com base nessas informações, a despesa deve ser classificada como despesa:

- (A) Empenhada a liquidar.
- (B) Empenhada em liquidação.
- (C) Liquidada.
- (D) De exercícios anteriores.

Questão 23. Considere que determinada Prefeitura presta diretamente o serviço de coleta, remoção e destinação de resíduos domiciliares. O serviço é específico e divisível e permanece à disposição dos proprietários dos imóveis, ainda que não seja efetivamente utilizado. A Prefeitura também concedeu à iniciativa privada o serviço de transporte coletivo urbano, cuja utilização depende da escolha do usuário. Considerando a natureza jurídica da remuneração desses serviços, é CORRETO afirmar que será cobrada:

- (A) Taxa pela coleta de resíduos e tarifa pelo transporte coletivo.
- (B) Tarifa pela coleta de resíduos e taxa pelo transporte coletivo.
- (C) Taxa por ambos os serviços, independentemente de sua compulsoriedade.
- (D) Tarifa por ambos os serviços, por se tratarem de serviços públicos.

Questão 24. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), a remissão consiste no perdão total ou parcial do crédito tributário e depende de autorização legal e de despacho fundamentado da autoridade administrativa. A lei poderá autorizar a concessão da remissão quando presentes, entre outras, circunstâncias relacionadas:

- (A) À situação econômica do sujeito ativo da obrigação tributária.
- (B) Ao erro ou à ignorância inexcusável do sujeito passivo quanto à matéria de fato.
- (C) Às considerações de equidade, em função das características pessoais ou materiais do caso.
- (D) Ao interesse particular do sujeito passivo em obter a dispensa do pagamento do tributo.

Questão 25. De acordo com o Código Tributário do Município de Francisco Alves (PR), a pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar sua exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou firma individual, responderá pelos débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

- (A) Subsidiariamente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributada.
- (B) Integralmente, se o alienante prosseguir na exploração da atividade ou iniciar nova atividade no prazo de 6 (seis) meses.
- (C) Subsidiariamente, se o alienante cessar a exploração da atividade, desde que a aquisição ocorra por meio de sucessão empresarial.
- (D) Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributada.

Questão 26. De acordo com o Código Tributário do Município de Francisco Alves (PR), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado na zona urbana ou de expansão urbana do Município. Diante disso, o fato gerador do Imposto ocorre:

- (A) No primeiro dia útil do exercício financeiro.
- (B) Na aquisição da propriedade, mediante registro do título no cartório de registro de imóveis.
- (C) Na data do lançamento tributário.
- (D) Anualmente, em 1º (primeiro) de janeiro.

Questão 27. O Código Tributário Nacional (CTN) classifica o sujeito passivo da obrigação principal de acordo com o vínculo que mantém com o fato gerador da obrigação tributária. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que o sujeito passivo denomina-se:

- (A) Contribuinte, quando possuir relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (B) Ente federativo competente para instituir o tributo e exigir o cumprimento da obrigação tributária.
- (C) Responsável, quando ostentar a condição de contribuinte e sua obrigação resultar de previsão legal expressa.
- (D) Pessoa obrigada ao cumprimento das prestações que constituam o objeto da obrigação acessória.

Questão 28. A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, sendo facultado seu desdobramento para atender às respectivas peculiaridades. No nível vinculado à Origem, aquele que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador da receita é denominado:

- (A) Categoria Econômica.
- (B) Espécie.
- (C) Rubrica.
- (D) Fonte.

Questão 29. Durante a auditoria das contas de determinado ente público, foram identificados ingressos financeiros de diferentes naturezas. Alguns representavam recursos pertencentes ao ente, enquanto outros tinham caráter meramente transitório e não integravam a receita orçamentária. Considerando essa distinção, assinale a alternativa cujos componentes são, em sua totalidade, receitas orçamentárias.

- (A) Impostos, depósitos em caução e exploração agropecuária.
- (B) Receitas tributárias, transferências correntes e alienação de bens.
- (C) Emissão de papel-moeda, operações de crédito e contribuições.
- (D) Transferências de capital, exploração do patrimônio público e fianças recebidas.

Questão 30. Durante um procedimento fiscal, um Agente Tributário verificou que o contribuinte deixou de cumprir uma obrigação acessória. Ocorre que a legislação prevê duas multas possíveis para essa situação, mas a redação do dispositivo não permite identificar, com clareza, qual delas deve ser aplicada ao caso concreto. Diante dessa dúvida quanto ao enquadramento da infração e à penalidade cabível, de acordo com o Código Tributário Nacional, a interpretação deve ser:

- (A) Analógica, admitindo-se, inclusive, a aplicação de penalidade não expressamente prevista na legislação.
- (B) Mais favorável ao sujeito passivo, quando houver dúvida quanto à capitulação do fato ou à natureza e à graduação da penalidade.
- (C) Literal, por ser essa a regra geral de interpretação da legislação tributária.
- (D) Mais favorável ao fisco, em razão da prevalência do interesse arrecadatório e fiscalizatório.

Questão 31. Considere que um Município pretende estabelecer, por meio de legislação própria, regras distintas das aplicáveis à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para disciplinar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), especialmente quanto aos regimes diferenciados de tributação e às regras de creditamento. Considerando as disposições da Constituição Federal após a Emenda Constitucional nº 132/2023, essa iniciativa:

- (A) É permitida, pois o IBS é de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) É permitida, desde que a legislação municipal seja compatível com a legislação federal.
- (C) É vedada apenas quanto aos regimes diferenciados, pois as regras de creditamento podem ser disciplinadas livremente pelos Municípios.
- (D) É vedada, pois os regimes diferenciados e as regras de creditamento estão entre as matérias que devem observar as mesmas regras para o IBS e a CBS.

Questão 32. Durante a análise do patrimônio de um Município, verificou-se que determinado imóvel é utilizado como sede da Administração Municipal, estando diretamente destinado ao funcionamento dos órgãos e à prestação das atividades administrativas. Considerando a classificação dos bens públicos quanto à sua destinação e o regime jurídico aplicável, é CORRETO afirmar que esse imóvel é um bem público:

- (A) Dominical, sendo inalienável enquanto conservar essa qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) De uso especial, sendo inalienável enquanto conservar essa qualificação.
- (C) Dominical, podendo ser alienado independentemente de alteração de sua destinação.
- (D) De uso especial, podendo ser livremente alienado, ainda que permaneça afetado à finalidade administrativa.

Questão 33. Em 31/12/2025, determinada Prefeitura apresentou, em seu Balanço Orçamentário, os seguintes saldos: receita de capital realizada no valor de R\$ 45.000.000, receita corrente realizada de R\$ 30.000.000, despesa de capital fixada de R\$ 37.500.000 e despesa corrente fixada de R\$ 22.500.000. No mesmo exercício, essa Prefeitura apurou um superávit orçamentário de R\$ 22.500.000 e um superávit de capital de R\$ 12.000.000. Considerando essas informações, é CORRETO afirmar que a despesa corrente realizada no período foi de:

- (A) R\$ 24.500.000.
- (B) R\$ 18.000.000.
- (C) R\$ 19.500.000.
- (D) R\$ 21.000.000.

Questão 34. Em relação aos princípios tributários e conceitos e classificação dos tributos, julgue as assertivas a seguir:

- I. Norma que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita nem ao princípio da anterioridade anual, nem ao da noventena, nem ao da legalidade.
- II. É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III. Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Questão 35. De acordo com a Lei Federal nº 11.598/2007, os órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil das Pessoas Jurídicas colocarão à disposição dos demais integrantes da REDESIM, por meio eletrônico:

- (A) Os dados de registro, no prazo de 3 dias úteis após o arquivamento, e as imagens digitalizadas, imediatamente.
- (B) Os dados de registro, imediatamente após o arquivamento, e as imagens digitalizadas dos atos arquivados, no prazo de 5 dias úteis após o arquivamento.
- (C) Os dados de registro e as imagens digitalizadas, imediatamente após o arquivamento dos atos.
- (D) As imagens digitalizadas, no prazo de 3 dias úteis, desde que autenticadas pelo órgão responsável pelo registro.

Questão 36. Um empreendedor que exerce atividade econômica por conta própria pretende formalizar-se como Microempreendedor Individual (MEI) e, para tanto, verifica os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006. Entre esses requisitos, está o limite de receita bruta auferida no ano-calendário anterior. De acordo com a legislação aplicável ao MEI, poderá enquadrar-se nessa condição o empresário que tenha auferido receita bruta anual de até:

- (A) R\$ 360.000,00.
- (B) R\$ 120.000,00.
- (C) R\$ 81.000,00.
- (D) R\$ 60.000,00.

Questão 37. Em relação aos atributos do ato administrativo, julgue as assertivas a seguir:

- I. A autoexecutoriedade constitui atributo presente em todos os atos administrativos.
- II. A presunção de veracidade dos atos administrativos, também denominada fé pública, refere-se à presunção de que os fatos alegados pela Administração são verdadeiros.
- III. A tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a uma figura previamente definida em lei, apta a produzir determinado resultado.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Questão 38. Com base na Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A pessoa jurídica tomadora ou intermediadora de serviços de propaganda e publicidade é responsável pelo recolhimento do ISS, ainda que não efetue a retenção do imposto na fonte.
- () O ISS incide somente sobre os serviços que constituem atividade preponderante do prestador.
- () Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais estão sujeitos à incidência do ISS.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – F – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.

Questão 39. No procedimento de execução fiscal, conforme a Lei Federal nº 6.830/1980, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O executado será citado para, no prazo de 15 dias, pagar a dívida ou garantir a execução.
- (B) A oposição de embargos independe de prévia garantia da execução.
- (C) O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 90 dias.
- (D) A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa poderão constituir um único documento, inclusive elaborado por processo eletrônico.

Questão 40. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que o Poder Executivo da União deverá promover, até 30 de junho, a consolidação nacional e por esfera de governo das contas dos entes da Federação referentes ao exercício anterior, bem como divulgá-las, inclusive por meio eletrônico de acesso público. Para viabilizar essa consolidação, os estados e os municípios deverão encaminhar suas contas ao Poder Executivo da União, respectivamente:

- (A) Até 31 de março e até 30 de abril do exercício subsequente.
- (B) Até 30 de abril e até 31 de maio do exercício subsequente.
- (C) Até 30 de abril, para ambos, no exercício subsequente.
- (D) Até 31 de maio, para ambos, no exercício subsequente.